



✓
11/11/18
Te

Relatório de Gestão 2018

PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova EM
Parque Industrial da Espinheira, Sala 8
Sazes do Lorvão

NIPC 506963802

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o nº 1

ORGÃO SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Humberto José Baptista Oliveira

Administrador - António Ralha Ribeiro

Administrador - Celso Gaspar Vieira Simões

ASSEMBLEIA GERAL

Representante do Município de Penacova - João Filipe Martins Azadinho Cordeiro

FISCAL ÚNICO

Sociedade Revisores Oficiais de Contas

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados SROC SA

Nos termos do art. 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da empresa submetemos à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2018, da sociedade PENAPARQUE 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M..

1- ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A *PENAPARQUE 2, E.M.*, tem a responsabilidade da gestão dos seguintes equipamentos/actividades municipais:

- Parque Industrial da Espinheira e os respectivos serviços de apoio (Bar);
- Zonas de estacionamento público de duração limitada na vila de Penacova;
- Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;
- Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;
- Museu do Moinho (Portela de Oliveira).
- Posto de Turismo de Penacova
- Bar do Reconquinho
- Cafeteria do Moinho
- Café Turismo
- Bar 21
- Restaurante das Piscinas de Penacova
- Restaurante Panorâmico

Cada uma destas actividades, respeitam às seguintes áreas previstas no objecto social, nomeadamente:

- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços industriais e comerciais;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de espaços de estacionamento público;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos turísticos e restauração;
- Área de intervenção da gestão e manutenção de investimentos em energias renováveis.

1.1-Parque Industrial da Espinheira

O ano de 2018 foi novamente um ano estável ao nível da ocupação dos módulos do Pavilhão Industrial. Continuamos com uma taxa de 100% de ocupação, e mantemos uma lista de espera de empresas com interesse em arrendar um dos nossos espaços assim que algum fique vago. Esta lista tem, como é natural, saídas e entradas ao longo do ano, e é de especial relevância que a maior parte das manifestações de interesse vem da parte de entidades de fora do concelho, que se querem instalar em Penacova. Em 2018 a Tempestade Leslie arrancou uma parte da Platibanda dos Pavilhões, e foram detetadas pelo menos duas situações de infiltração de águas pluviais nas paredes dos pavilhões. Está previsto para 2019 a resolução destes problemas.

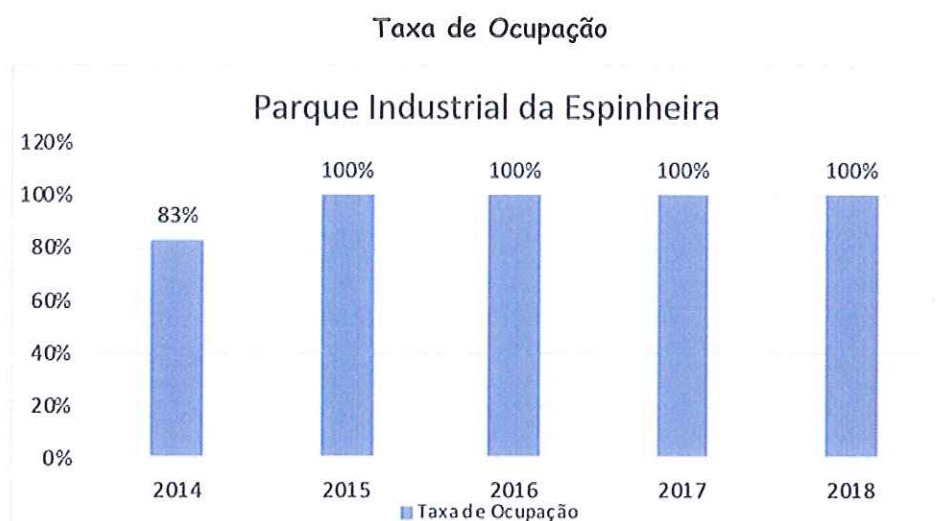


Gráfico 1

O Gráfico 1 evidencia a evolução nos quatro últimos anos da taxa de ocupação dos módulos do Pavilhão Industrial

Em relação ao edifício administrativo, a taxa de ocupação manteve-se ao longo do ano, sendo que a partir do final de 2018 foram ocupadas mais 2 salas: uma sala por uma nova empresa na área do turismo; e uma sala de formação por uma entidade formativa.

O pequeno refeitório que serve os funcionários das empresas instaladas no Parque não teve alterações significativas nas principais rubricas, pese embora a melhoria do resultado negativo em 1.461,84€. Este é o segundo ano consecutivo de redução do resultado negativo neste espaço e a aposta para 2019 é continuar esta evolução, e prestar um serviço de apoio e de qualidade ao funcionamento das diversas empresas do Parque Industrial da Espinheira.

Resultados Cantina

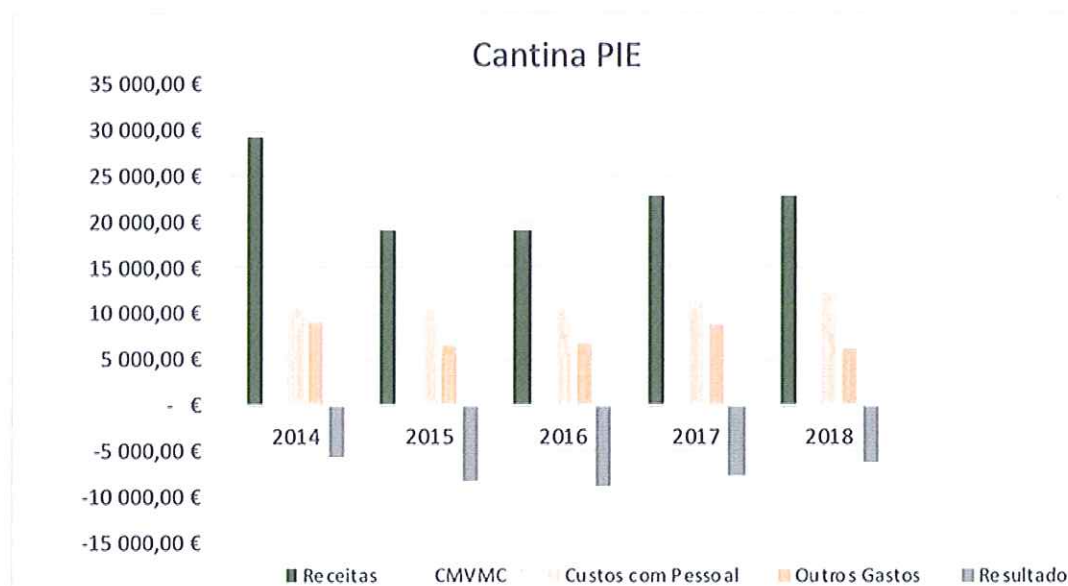


Gráfico 2

Através da análise do gráfico 2 consegue-se perceber os diversos comportamentos das receitas e dos gastos da Cantina ao longo dos últimos cinco anos, nomeadamente a redução do prejuízo que se verifica desde 2016.

1.2-Estacionamento Público

Nesta área de intervenção, a **PENAPARQUE 2, E.M.** actuou na gestão do estacionamento público determinado pela Câmara Municipal como espaço de estacionamento de duração limitada.

✓
M
C

Resultados Estacionamento

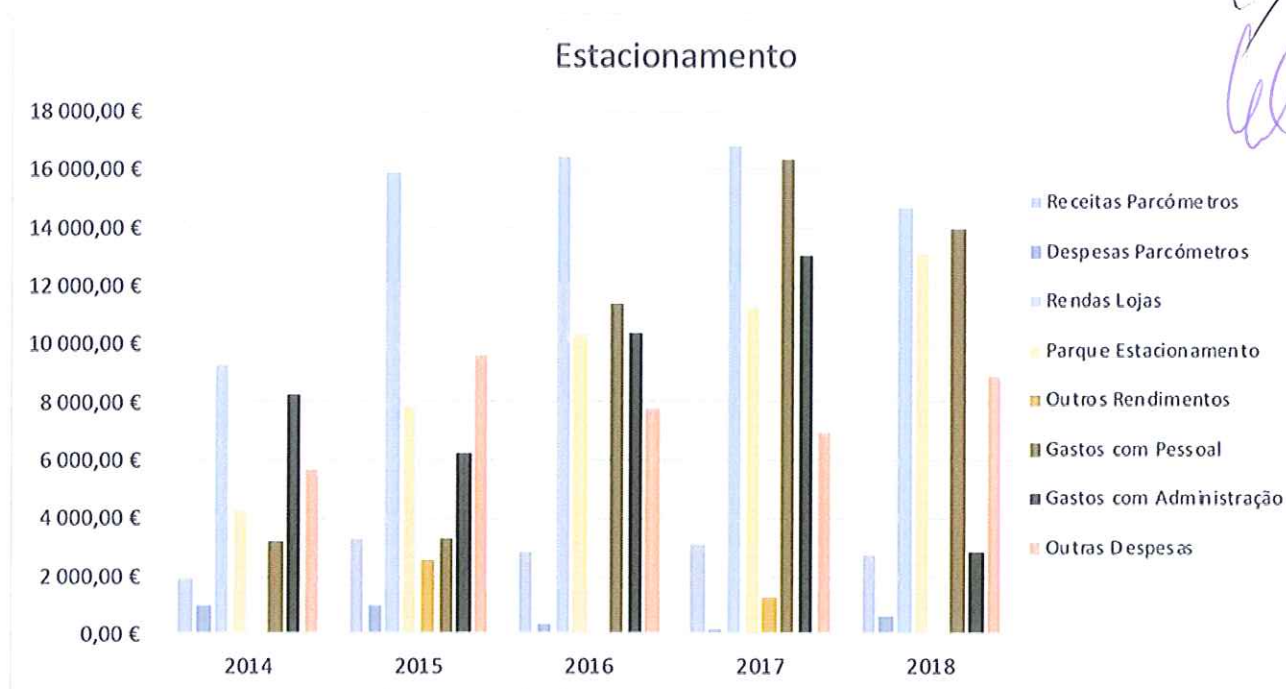


Gráfico 3

O ano de 2018 pautou-se por um exercício de equilíbrio das receitas e despesas no que toca a esta área de intervenção (resultado positivo de 2.086,19€). Numa nota positiva registamos o uso cada vez mais comum do Parque de Estacionamento, que não só teve um incremento nas receitas verificadas com o estacionamento (de 11.271,04€ em 2017 para 13.115,02€ em 2018) como também através do número de carros que acede a esta instalação para os seus ocupantes irem à Vila de Penacova. Por outro lado, em 2018 também ocorreram vários incidentes com esta instalação, nomeadamente alguns problemas com o elevador que o obrigou a estar parado várias vezes, principalmente devido à infiltração de águas pluviais. Para corrigir esse problema foi colocado um vidro para proteger o elevador das chuvas no segundo piso. Para o ano de 2019 deve-se tentar encontrar uma solução para a zona de entrada e saída do piso 2, de forma a proteger os utilizadores da chuva e os próprios equipamentos do Parque tanto do sol como da chuva.

1.3-Parque de Campismo Municipal

Pelo quinto ano consecutivo, a *PENAPARQUE 2, E.M.* não assegurou a exploração do Parque de Campismo Municipal, localizado em Vila Nova, esta está entregue a um privado através de concessão de exploração. O objetivo principal da *PENAPARQUE 2, E.M.* é o de reforçar a competitividade do Parque de Campismo Municipal, e de que este espaço seja um fator de atração e cativação de turistas no nosso concelho, algo que está progressivamente a ser atingido pelo promotor privado.

✓
H
C

Resultados Parque de Campismo

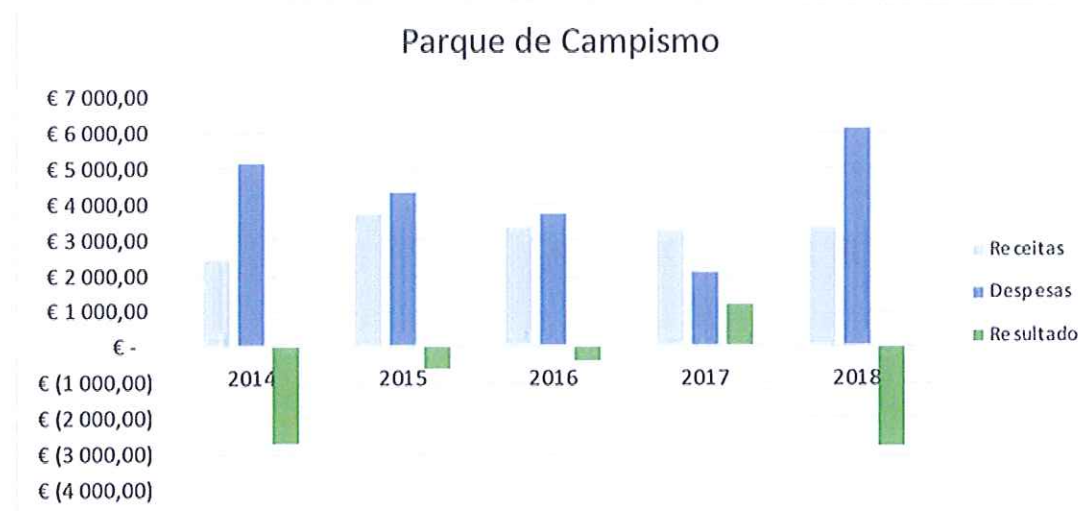


Gráfico 4

Durante o ano de 2018 a *PENAPARQUE 2, E.M.* teve de efetuar várias limpezas de árvores e folhosas, e a partir do final de 2019 procedeu ao início de várias intervenções de melhoria das condições exteriores dos edifícios, como é o caso do telhado que estava bastante danificado. Em 2018 a *PENAPARQUE 2, E.M.* fez uma candidatura ao Programa do Turismo de Portugal VALORIZAR, no sentido de fazer vários investimentos para potenciar a utilização daquele espaço.

✓
W
C

1.5 - Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico

Através de contrato programa celebrado entre o Município de Penacova e a Penaparque, foi atribuída a gestão do espaço Café Turismo, Restaurante Piscinas de Penacova e Restaurante Panorâmico à Penaparque. No ano de 2015, e após o fim do termo do contrato anterior que o concessionário tinha com o Município de Penacova, foi realizado um concurso para o espaço Café Turismo, no qual foi vencedor o promotor Paulo Duarte. No final do ano de 2017 foi atribuída à empresa Fator Boémio Lda a concessão de exploração do Restaurante das Piscinas de Penacova. Relativamente ao Restaurante Panorâmico, o concurso foi concluído a meio de 2017, e o restaurante está a ser explorado pela empresa Sentido Gabarito Lda.

Resultados Espaços de Restauração

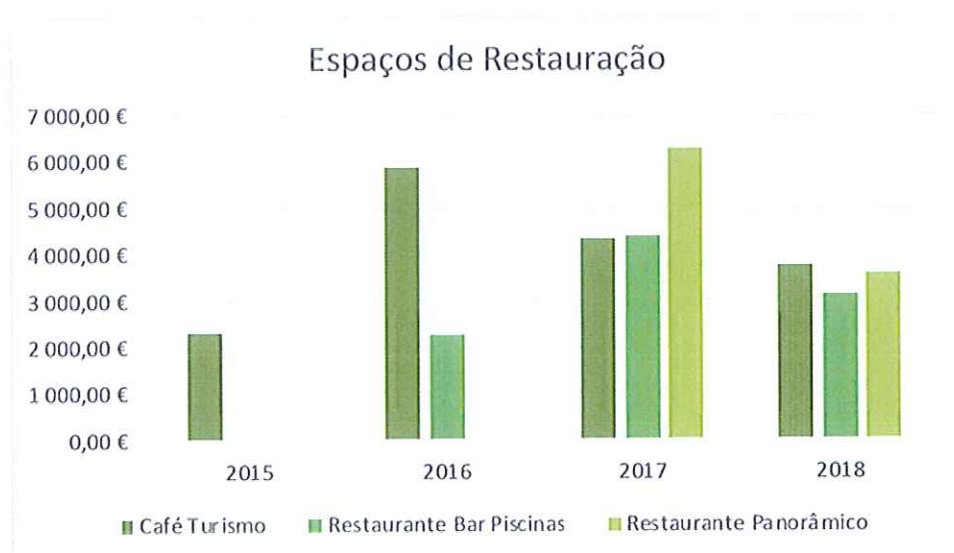


Gráfico 5

1.6. Portela de Oliveira

A Área de Intervenção da Portela de Oliveira compreende a gestão do Museu do Moinho, e do espaço de apoio de cafetaria conhecido como Cafetaria do Museu. Em 2016 foi dada a conhecer à comunidade de Penacova e da região o novo espaço do Museu do Moinho. Renovado, com cara nova e um novo serviço, este espaço de visitação do concelho

ultrapassou todos os objetivos e teve em 2017 um aumento de 20% de visitantes face ao ano anterior, conforme se pode verificar no gráfico 6.



Gráfico 6

No ano de 2018 verificou-se uma queda de 20% no número de visitantes do Museu do Moinho, um número similar ao verificado no Mosteiro de Lorvão. Após várias conversas com operadores privados, esta queda de turistas verificada nos espaços de visitação de Penacova prende-se com dois motivos: as m s condições meteorológicas que se registaram praticamente o ano todo; e o forte impacto negativo na perceção do turista dos territórios que foram assolados pelos incêndios de 2017, que criaram a ideia de existir todo um território queimado e sem mais valias para visitação.

1.7. Rotas de Penacova

Em 2017 a Penaparque2 E.M. colocou no mercado um novo produto turístico: Rotas de Penacova. Este produto não é mais que um aglutinador de experiências e de espaços que existem no concelho de Penacova, através de visitas acompanhadas e guiadas pelos

colaboradores da empresa. Foram desenvolvidas algumas iniciativas a partir do quarto trimestre de 2016, ao nível do estudo de mercado e de testes de produto no sentido de planificar o serviço e a comunicação do mesmo. Em 2017 iniciou-se uma pequena divulgação que resultou em várias visitas de grupos a Penacova. Em 2018 voltámos a fazer divulgação, mas com suportes físicos mais adequados e foi criada a página no Facebook para divulgar o serviço. Novamente em 2018 conseguimos trazer várias centenas de pessoas a Penacova para visitar o nosso território. Para 2019 esperamos consolidar o trabalho que tem sido desenvolvido desde 2016, de forma a 2020 podermos dar os próximos passos necessários para trazer mais pessoas a Penacova.

2 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

2.1-Desempenho financeiro

De acordo com o n.º 1 do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais neste capítulo apresentamos o desempenho e a posição financeira da empresa.

Relativamente ao desempenho global da empresa efectuaremos a análise da evolução das principais rubricas da demonstração de resultados desde o período de 2014 ao período de 2018.

Evolução rubricas de desempenho

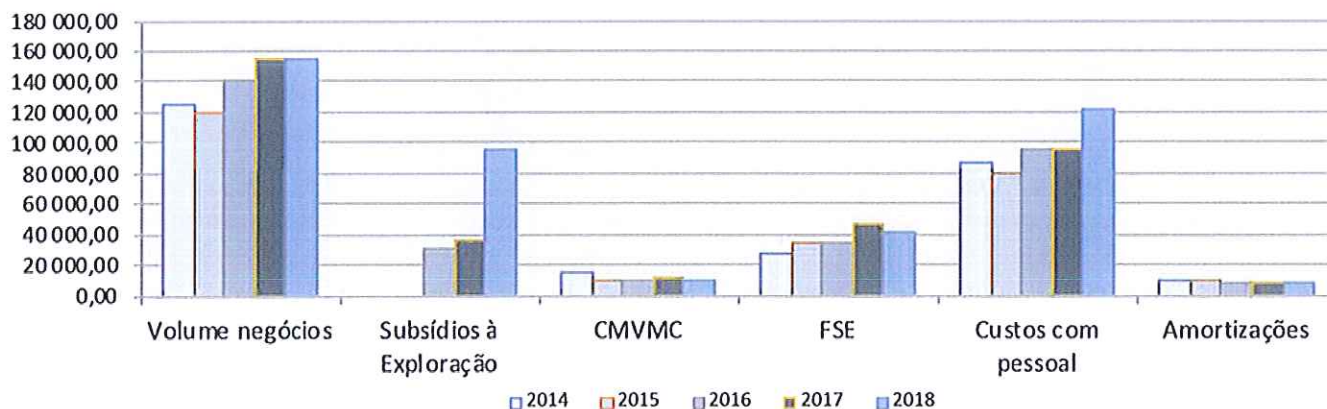


Gráfico 7

✓
W

Através da análise do Gráfico 7, verificamos que o Volume de Negócios teve um aumento residual de 133,77€ e os FSE tiveram uma diminuição de 5.039,19€. De realçar a acentuada subida do valor dos Subsídios à Exploração (60.219,30€) e dos Custos com Pessoal (26.228,92€), ao passo que as restantes rubricas tiveram pequenas descidas (CMVMC em 432,77€ e Amortizações em 749,29€).

A diminuição dos FSE deve-se a um maior controlo da despesa ao longo do ano, ao passo que o aumento do valor de Subsídios de Exploração deve-se à transferência por cobertura de prejuízos do exercício. A subida da despesa com Pessoal deve-se aos encargos com uma funcionária que colaborou na empresa durante 2018, e ao reconhecimento dos encargos com o SNS, e que respeitam aos encargos com os trabalhadores da empresa em matéria de prestações de saúde e despesa com medicamentos no Serviço Nacional de Saúde, relativo aos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018.

Relativamente aos ativos adquiridos após 2010, tendo em conta a NCRF 7 (Activos Fixos Tangíveis), estes passaram a ser depreciados num regime duodecimal, para que a depreciação de um activo se inicie quando este esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.



Gráfico 8

✓
fey
all

As variações nas diferentes rubricas refletem-se nos resultados operacionais e líquidos, sendo que em 2018 houve uma queda significativa nos resultados operacionais, e pela primeira vez em três anos a empresa apresenta um resultado líquido negativo, conforme se pode ver no Gráfico 8.

2.2 - Posição financeira

Neste capítulo será apresentada aquela que tem sido a evolução da estrutura financeira da *PENAPARQUE 2, E.M.* ao longo dos cinco últimos anos.

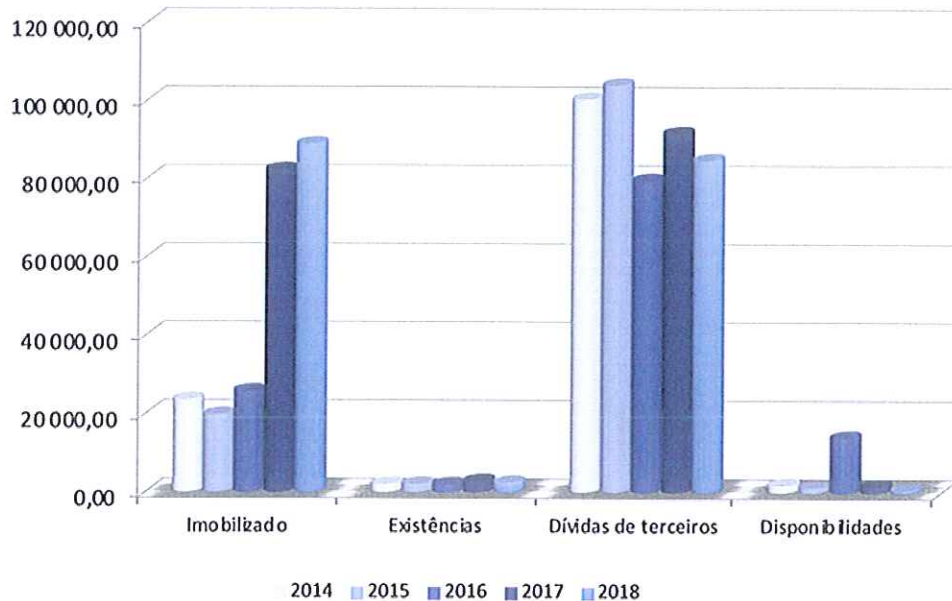


Gráfico 9

As dívidas de terceiros tiveram uma descida, sendo que se destaca o reconhecimento de várias imparidades de clientes, com principal foco na empresa Doce Lorvão Lda.

Se efetuarmos uma análise ao peso relativo que cada uma das rubricas apresentada tem no Activo Líquido, verificamos que o imobilizado continua a evoluir positivamente no seu peso relativo, enquanto que em sentido contrário, as dívidas de terceiros vêm continuamente a evoluir negativamente no seu peso relativo do total do Ativo (Gráfico 10).

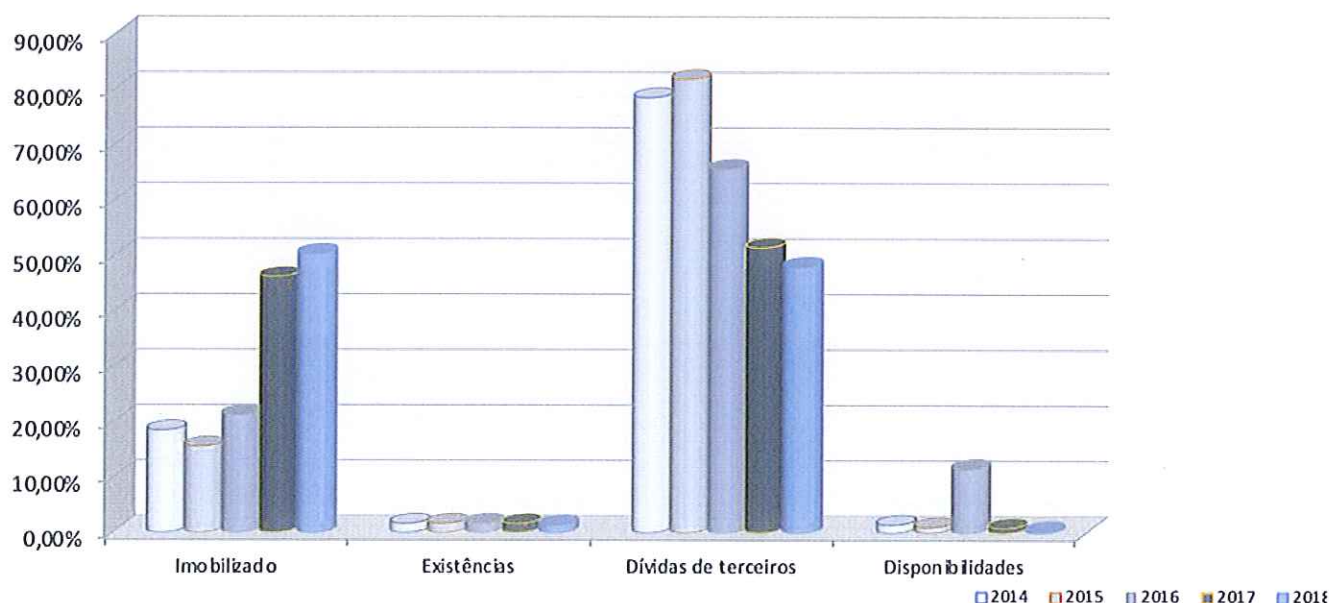


Gráfico 10

Relativamente aos indicadores de equilíbrio financeiro e de liquidez a empresa apresenta no final de 2018 indicadores na sua generalidade estáveis em relação ao ano anterior, sendo que realçamos o aumento residual da Solvabilidade da empresa e um aumento acentuado da sua Liquidez Geral. Estes dados podem ser interpretados pela análise dos Gráfico 11 (indicadores de liquidez) e Gráfico 12 (indicadores de estrutura financeira).

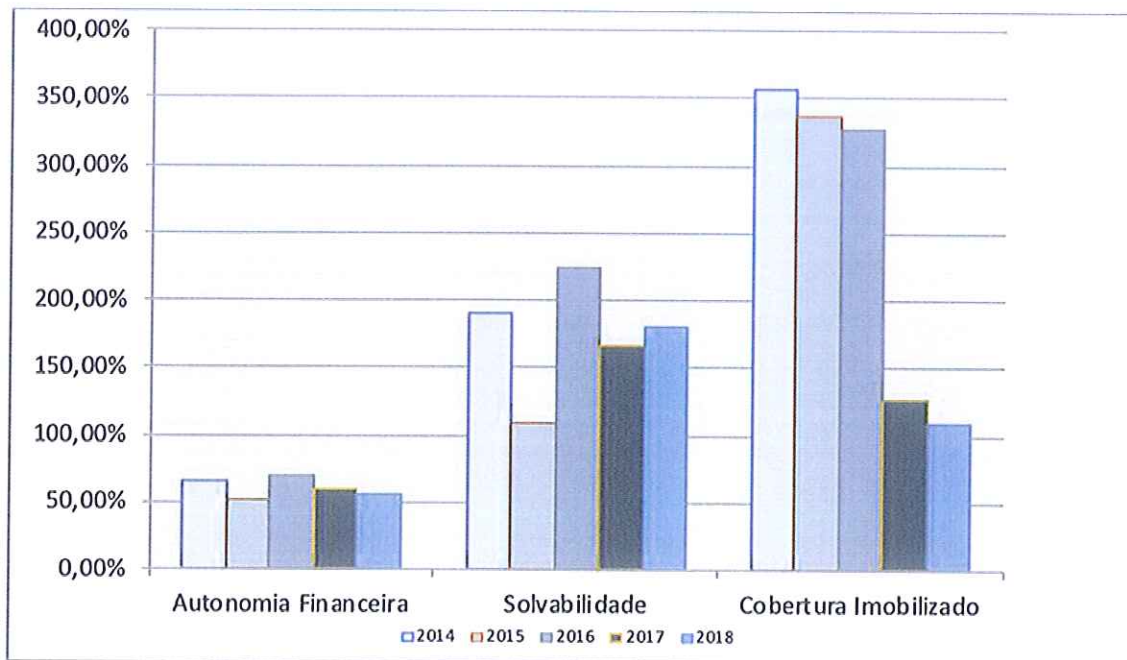


Gráfico 11

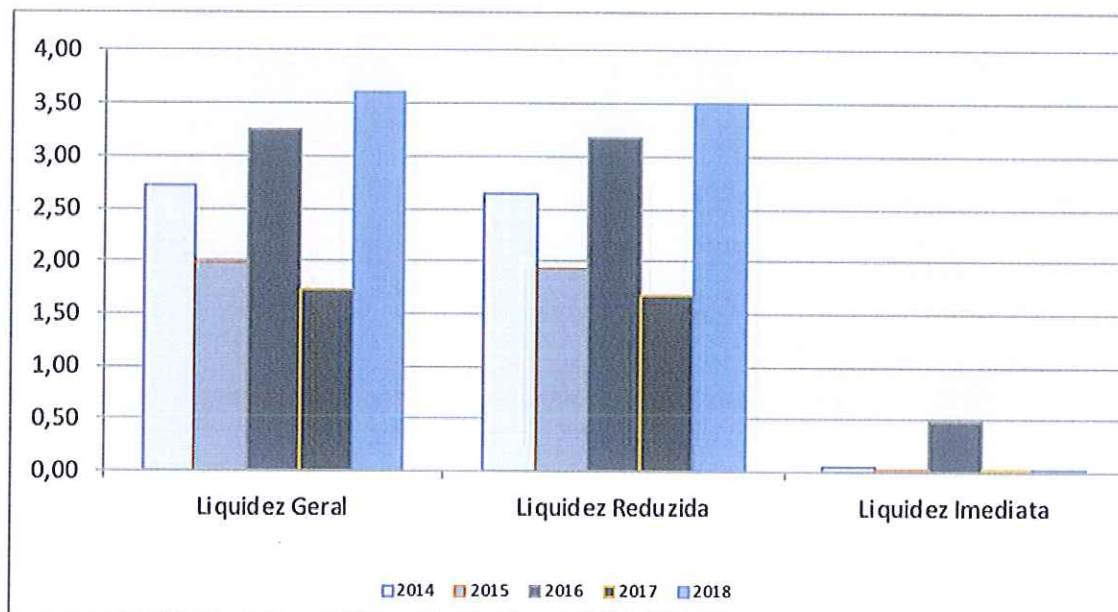


Gráfico 12



2.3 - O desempenho financeiro por áreas de negócio

No âmbito das responsabilidades de gestão acima referidas, distribuímos a actividade desenvolvida pelas diversas áreas de negócio, e neste ponto apresentamos a contribuição de cada uma delas para o resultado global da empresa. São estas as seguintes tal como apresentado ao longo do presente relatório:

- 1) Parque Industrial da Espinheira
- 2) Bar do Parque Industrial da Espinheira
- 3) Parque de Campismo Municipal
- 4) Parcómetros
- 5) Parque de Estacionamento
- 6) Penacova - Apoio a Serviços
- 7) Café Turismo
- 8) Reconquinho
- 9) Bar 21
- 10) Portela de Oliveira
- 11) Restaurante Bar Piscinas de Penacova
- 12) Posto de Turismo
- 13) Restaurante Panorâmico

✓
llp
cel

Desempenho por Áreas



Gráfico 13

Através da análise do gráfico 13, é visível a evolução negativa da área "Apoio a Serviços". Nesta rubrica incluiu-se o custo com a colaboradora que esteve em funções na empresa durante o ano de 2018. De resto é de salientar a melhoria dos resultados do Parque de Estacionamento, do Reconquinho e da área Pavilhões e Edifício Administrativo. Por outro lado, registamos uma evolução negativa com maior expressividade dos resultados do Parque de Campismo, do Posto de Turismo e da Portela de Oliveira.

✓
lu
cel

3- EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Para 2019 os principais objetivos da empresa são:

- a) Manter os resultados positivos do Parque Industrial da Espinheira;
- b) Manter a rota de descida dos resultados negativos no Bar do Parque Industrial;
- c) Cooperar com o concessionário do Parque de Campismo de forma a potenciar o espaço;
- d) Dotar o Edifício Administrativo de condições atrativas para atingir a ocupação máxima;
- e) Realizar o procedimento de contratação da empreitada de construção de um pavilhão no Lote C21 do Parque Empresarial da Alagoa;
- f) Melhorar a rubrica de Dívidas de Clientes e diminuir o prazo médio de recebimento.

Como principal fator de risco para 2019 salientamos o atual processo legal de resolução de contrato e despejo com a principal empresa de confeção de doçaria conventual de Penacova: Doce Lorvão Lda.

4- PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

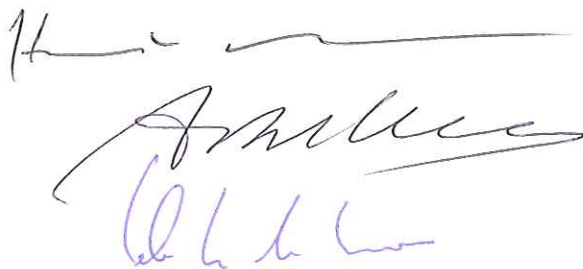
Nos termos do art.17º dos seus Estatutos a *PENAPARQUE 2, E.M.* deve definir na aplicação de resultados os valores dos mesmos que serão consagrados à constituição de reservas legais nos termos do nº 2 do referido artigo e reservas para investimentos e para fins sociais nos termos do nº 1 do mesmo artigo.

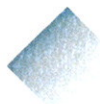
Com este enquadramento a Administração da *PENAPARQUE 2, E.M.* propõe que os resultados líquidos do exercício, isto é, os prejuízos de 4.703,39€, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Espinheira, 27 de Março de 2019

A Administração,

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exma. Administração
Senhores Acionistas

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Durante o exercício, o Fiscal Único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da Sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo do exercício findo naquela data.

Foi emitida a Certificação Legal das Contas, sendo considerada como complemento deste Relatório e Parecer.

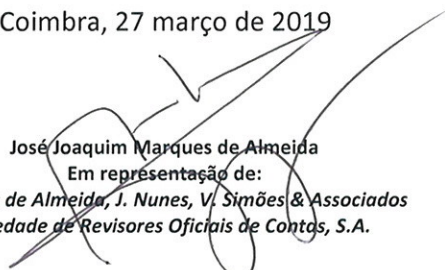
Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, em 31 de dezembro de 2018 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos, adotados e descritos no Anexo, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer que:

1. Devem ser aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.
2. Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 27 março de 2019


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

A handwritten signature in black ink, consisting of a checkmark-like symbol followed by stylized cursive letters.

Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 31 de dezembro de 2018



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2018

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	8
1. <u>Identificação da entidade</u>	8
2. <u>Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	9
3. <u>Principais políticas contábilísticas</u>	10
4. <u>Fluxos de caixa</u>	18
5. <u>Ativos fixos tangíveis</u>	18
6. <u>Investimentos Financeiros</u>	20
7. <u>Inventários</u>	21
8. <u>Réditos</u>	22
9. <u>Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo</u>	24
10. <u>Acontecimentos após a data do balanço</u>	24
11. <u>Instrumentos Financeiros</u>	25
12. <u>Outras informações</u>	26

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M. 506.963.802

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

Valor em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	88.265,62	81.944,38
Investimentos Financeiros	6	578,58	311,79
		88.844,20	82.256,17
Activo corrente			
Inventários	7	2.451,49	2.847,69
Clientes	12	23.677,68	84.596,90
Estado e outros entes públicos	12	537,61	5.187,78
Outras contas a receber	12	57.592,10	1.204,21
Diferimentos	12	2.948,76	615,46
Caixa e depósitos bancários	4	627,87	1.571,87
		87.835,51	96.023,91
Total do ACTIVO		176.679,71	178.280,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11	8.718,49	6.641,41
Outras reservas	11	64.295,99	45.602,28
Resultados transitados	11	(21.144,57)	(18.208,26)
Resultado líquido do período	11	(4.703,39)	20.770,79
Total do Capital Próprio		97.166,52	104.806,22
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	9.734,11	36.696,48
Estado e outros entes públicos	12	6.077,67	9.857,72
Financiamentos obtidos	12	25.419,02	10.534,85
Outras contas a pagar	12	29.661,83	8.652,52
Diferimentos	12	8.620,56	7.732,29
Total do Passivo		79.513,19	73.473,86
Total do Capital Próprio e do Passivo		176.679,71	178.280,08

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

11
PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M.
 A Administração,

6611

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Valores em euros	
			Períodos	
			31/12/2018	31/12/2017
Vendas e Prestação de serviços	+	8	155.287,50	155.153,73
Subsídios à exploração	+	9	96.183,72	35.964,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(10.554,45)	(10.987,22)
Fornecimentos e serviços externos	-	12	(41.659,70)	(46.698,89)
Gastos com pessoal	-	12	(121.182,64)	(94.953,72)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	12	(57.069,06)	823,04
Outros rendimentos e ganhos	+	12	39,43	22,71
Outros gastos e perdas	-	12	(12.845,87)	(3.480,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		8.198,93	35.843,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(7.420,20)	(8.169,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		778,73	27.674,13
Juros e gastos similares suportados	-	12	(778,73)	(135,63)
Resultado antes de impostos	=		0,00	27.538,50
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(4.703,39)	(6.767,71)
Resultado líquido do período	=		(4.703,39)	20.770,79

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

[Assinatura]
PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018

Valores Euros

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				31/12/2018	31/12/2017
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>					
Recebimentos de clientes		+		200.655,75	178.488,98
Pagamentos a fornecedores		-		(56.668,14)	(66.300,28)
Pagamentos ao pessoal		-		(75.881,28)	(71.454,61)
Caixa gerada pelas operações		+/-		68.106,33	40.734,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(10.359,88)	(7.349,50)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(30.338,44)	(30.284,94)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		27.408,01	3.099,65
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(43.236,18)	(26.067,98)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(43.236,18)	(26.067,98)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		14.884,17	10.534,85
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			14.884,17	10.534,85
Variação de caixa e seus equivalentes	1)+(2)+(3)			(944,00)	(12.433,48)
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		1.571,87	14.005,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		627,87	1.571,87

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Helia Santo

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M., 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	4.884,51	29.790,12	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	17.569,06	84.035,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital						1.756,90	15.812,16	0,00				-17.569,06	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756,90	15.812,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.569,06	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											20.770,79	20.770,79
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											3.201,73	20.770,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													
	5							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinhoira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

[Assinatura]

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

(Valores expressos em euros)

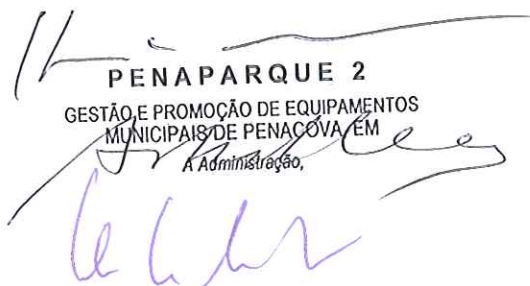
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos por impostos diferidos						2.077,08	18.693,71	-2.936,31			0,00	-20.770,79	-2.936,31
Outras alterações reconhecidas no capital													
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	2.077,08	18.693,71	-2.936,31	0,00	0,00	0,00	-20.770,79	-2.936,31
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											-4.703,39	-4.703,39
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											-25.474,18	-7.639,70
OUTRAS OPERAÇÕES													
Outras operações													
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=7+8+10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-21.144,57	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração


PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M.
 A Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 - Identificação da entidade

A entidade Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. é uma entidade municipal, com sede no Parque Industrial de Espinheira, sala 8, Espinheira, tem como actividade a gestão dos seguintes equipamentos/atividades municipais:

Parque Industrial de Espinheira e respetivos serviços de apoio (Cantina, bar);

Estacionamento público na vila de Penacova;

Parque Municipal de Campismo;

Parque de Estacionamento da Rua da Eirinha;

Museu do Moinho (Portela de Oliveira);

Posto de Turismo de Penacova;

Bar do Reconquinho;

Cafetaria da Portela de Oliveira;

Café Turismo;

Bar 21;

Restaurante Piscinas;

Restaurante Panorâmico.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- * Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (*Sistema de Normalização Contabilística*), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- * Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (*Modelos de Demonstrações Financeiras*);
- * Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (*Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro*);
- * Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (*Código de Contas*).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização

✓
uy
hel
B

Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.



3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e gastos*” ou “*Outros ganhos e perdas*”.

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando

existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como *"Imparidade de inventários (perdas/reversões)"*. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

c) Custo de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

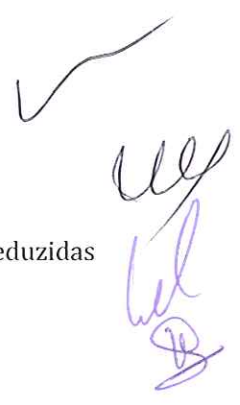
d) Instrumentos financeiros

** Dívidas de terceiros*

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do



risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

** Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no ativo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

** Dívidas a terceiros*

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

** Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio*

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

** Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas

✓
lll
lll
lll

“Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

f) Rédito

O rédito relativo à prestação de serviços, juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

g) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas do período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação e os mensurados pelo justo valor pelas taxas à data da fixação desse valor.

✓
llg
ll
B

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são relevadas na demonstração dos resultados como *"Juros e rendimentos similares obtidos"*, enquanto as negativas são reveladas na rubrica *"Juros e gastos similares suportados"*. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas *"Outros rendimentos e ganhos"* e *"Outros gastos e perdas"*, nos casos de serem positivas e negativas, respetivamente.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, as taxas variam entre 5% e 70% e, incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica *"Imposto sobre o rendimento do período"*. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho,

onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12

✓
Ruy
W
D

meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *"Caixa e seus equivalentes"* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente,

aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

✓
lep
lal
D

4 - Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Meios Financeiros Líquidos	2017	2017
Caixa	627,87 €	1.571,87 €
Depósitos à ordem	- €	- €
Total caixa e depósitos bancários	627,87 €	1.571,87 €

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

✓

up

lcl

1

2017						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	52.356,18 €	50.918,45 €	25.737,50 €	13.321,13 €	- €	142.333,26 €
Adições	3.370,00 €	3.555,77 €	816,35 €	2.802,02 €	54.243,00 €	64.787,14 €
Saldo Final	55.726,18 €	54.474,22 €	26.553,85 €	16.123,15 €	54.243,00 €	207.120,40 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 39.119,27 €	- 46.436,80 €	- 25.737,50 €	- 5.402,15 €	- €	- 116.695,72 €
Adições	- 2.082,71 €	- 1.803,82 €	- 816,35 €	- 3.777,42 €	- €	- 8.480,30 €
Saldo Final	- 41.201,98 €	- 48.240,62 €	- 26.553,85 €	- 9.179,57 €	- €	- 125.176,02 €
Quantia escriturada	14.524,20 €	6.233,60 €	- €	6.943,58 €	54.243,00 €	81.944,38 €

2018						
Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	55.726,18 €	54.474,22 €	26.553,85 €	16.123,15 €	54.243,00 €	207.120,40 €
Adições	- €	4.360,00 €	1.391,05 €	40,64 €	7.949,75 €	13.741,44 €
Saldo Final	55.726,18 €	58.834,22 €	27.944,90 €	16.163,79 €	62.192,75 €	220.861,84 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 41.201,98 €	- 48.240,62 €	- 26.553,85 €	- 9.179,57 €	- €	- 125.176,02 €
Adições	- 2.251,23 €	- 2.171,60 €	- 425,04 €	- 2.572,33 €	- €	- 7.420,20 €
Saldo Final	- 43.453,21 €	- 50.412,22 €	- 26.978,89 €	- 11.751,90 €	- €	- 132.596,22 €
Quantia escriturada	12.272,97 €	8.422,00 €	966,01 €	4.411,89 €	62.192,75 €	88.265,62 €

5.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

Depreciações do período	2018	2017
Edifícios e outras construções	2.251,23 €	2.082,71 €
Equipamento básico	2.171,60 €	1.803,82 €
Equipamento administrativo	425,04 €	816,35 €
Outros ativos fixos tangíveis	2.572,33 €	3.777,42 €
Total	7.420,20 €	8.480,30 €



5.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2018	2017
Edifícios e outras construções	43.453,21 €	41.201,98 €
Equipamento básico	50.412,22 €	48.240,62 €
Equipamento administrativo	26.978,89 €	26.553,85 €
Outros ativos fixos tangíveis	11.751,90 €	9.179,57 €
Total	132.596,22 €	125.176,02 €

5.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	2018	2017	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo Inicial	54.243,00 €	- €	54.243,00 €
Adições:			
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa	7.949,75 €	54.243,00 €	62.192,75 €
Saldo Final	62.192,75 €	54.243,00 €	62.192,75 €

6 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

Fundos de Compensação	2018	2017
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	311,79 €	111,99 €
Adições:	266,79 €	199,80 €
Saldo Final	578,58 €	311,79 €

✓
ME
del
D

7 - Inventários

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	2018	2017
Mercadorias	1.279,38 €	1.506,45 €
Museu do Moinho	375,97 €	437,44 €
Posto de Turismo	903,41 €	1.069,01 €
Matérias Primas	1.172,11 €	1.341,24 €
PIE_Cantina	1.172,11 €	1.341,24 €
Total	2.451,49 €	5.695,38 €

7.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CMVMC	2018			2017		
	Mercadorias	Matérias Primas	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Total
Saldo inicial	1.506,45 €	1.341,24 €	2.847,69 €	850,04 €	1.158,79 €	2.008,83 €
Regularizações	- €	40,48 €	40,48 €	- €	7,26 €	7,26 €
Compras	237,45 €	9.961,28 €	10.198,73 €	1.594,31 €	10.239,03 €	11.833,34 €
Saldo final	1.279,38 €	1.172,11 €	2.451,49 €	1.506,45 €	1.341,24 €	2.847,69 €
Custo de vendas	464,52 €	10.089,93 €	10.554,45 €	937,90 €	10.049,32 €	10.987,22 €

✓
llg
lll
lll

8 - Réditos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestação de Serviços** - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2018	2017
Vendas de Mercadorias	773,10 €	1.379,45 €
Museu do Moinho	461,51 €	689,51 €
Posto de Turismo	311,59 €	689,94 €
Prestações de serviços	154.514,40 €	153.774,28 €
Rendas	102.794,48 €	102.337,48 €
Rendas Parq. Industrial Espinheira:	62.080,00 €	57.295,00 €
- Pavilhões	55.005,00 €	49.920,00 €
- Bloco Administrativo	5.275,00 €	5.575,00 €
- Cozinha de Formação	1.800,00 €	1.800,00 €
Rendas Lojas Parq. Estacionamento	14.681,20 €	16.789,20 €
Outras Rendas:	26.033,28 €	28.253,28 €
- Bar Reconquinho	3.000,00 €	3.114,58 €
- Bar 21	5.323,32 €	5.323,32 €
- Bar Portela de Oliveira	600,00 €	600,00 €
- Parque de Campismo	2.499,96 €	2.385,38 €
- Café Turismo	6.510,00 €	5.390,00 €
- Restaurante Piscinas	4.500,00 €	5.040,00 €
- Restaurante Panorâmico	3.600,00 €	6.400,00 €
Outros Serviços	51.719,92 €	51.436,80 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	22.749,26 €	22.934,38 €
Parcómetros	2.793,46 €	3.092,89 €
Parque de Estacionamento:	13.075,59 €	11.271,05 €
- Avenças	7.560,93 €	6.926,89 €
- Estacionamento	5.514,66 €	4.344,16 €
Entradas no Museu do Moinho	1.793,58 €	1.642,92 €
Estadias P. Campismo	857,34 €	857,04 €
Rotas de Penacova	1.031,70 €	1.589,83 €
Outros	9.418,99 €	10.048,69 €
Total	155.287,50 €	155.153,73 €

V
leg
W
B

9 - Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

9.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "*Subsídios à exploração*" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Subsídios do governo	2018	2017
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA:	96.183,72 €	31.574,45 €
Contrato Programa	38.591,62 €	31.574,45 €
Cobertura de Prejuízo	57.592,10 €	- €
IEFP	- €	4.389,97 €
Total Ativo	96.183,72 €	35.964,42 €

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras do exercício de 2018 foram aprovadas pela Administração no dia 27 de março de 2019.

10.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

✓
leg
all
8

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

11.2 Deliberação dos resultados do ano de 2017

A deliberação da aprovação de contas ocorreu a 2 de abril de 2018, conforme a ata número 260. Foi aprovado pelo Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício de 2017, no valor 20.770,79€ fosse da seguinte forma transferido para Reservas Legais o montante de 2.077,08€ e, para Outras Reservas 18.693,71€.

11.3 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.

A rubrica de resultados transitados, tem um aumento de 2.936,31€, referente à correcção de 2 faturas emitidas em 2015 e 2016, que segundo a Administração verificou neste exercício que foram

indevidamente emitidas, tendo rectificado esta situação através de uma Nota de Crédito de igual montante.

Capital Próprio	2018	2017
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	8.718,49 €	6.641,41 €
Outras Reservas	64.295,99 €	45.602,28 €
Resultados Transitados	-21.144,57 €	-18.208,26 €
Resultado Líquido do Período	-4.703,39 €	20.770,79 €
Total	97.166,52 €	104.806,22 €

12 - Outras informações

12.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

EOEP	2018	2017
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:		
IRC_Imposto a recuperar	537,61 €	- €
Pagamentos por conta	5.241,00 €	3.920,74 €
Pagamentos especial por conta(acumulado)	- €	669,09 €
Imposto estimado	4.703,39 €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	597,95 €
Total Ativo	537,61 €	5.187,78 €

EOEP	2018	2017
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	450,00 €	242,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	1.500,38 €	679,18 €
Contribuições para a segurança social	4.102,76 €	2.150,83 €
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto estimado	0,00 €	6.767,71 €
Outros Impostos	24,53 €	18,00 €
Total Passivo	6.077,67 €	9.857,72 €

12.2 Clientes, outras contas a receber e diferimentos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados como "Imparidades de dívidas a receber".

Perdas de imparidade	2018		2017	
	Período	Acumuladas	Período	Acumuladas
Perdas por imparidade	57.069,06 €	132.526,78 €	- €	76.280,76 €
Reversões	- €	- €	823,04 €	823,04 €
Total	57.069,06 €	132.526,78 €	823,04 €	75.457,72 €

12.2.1 Quantia de clientes registada em "clientes conta corrente", "clientes cobrança duvidosa" e "clientes perdas por imparidade"

Neste exercício foram desreconhecidos do balancete analítico os clientes de cobrança duvidosa relativamente aos quais a Administração não tinha qualquer expectativa de recebimento, e os quais já se encontravam em mora há mais de dois anos e, já tinham sido reconhecidas as respetivas perdas por imparidade, tendo por conseguinte uma quantia monetária de zero.

Clientes	2018	2017
Clientes		
Clientes conta corrente	23.677,68	84.596,90
Clientes de cobrança duvidosa	57.069,06	75.457,72
Saldo inicial	75.457,72	76.280,76
Adições	57.069,06	0,00
Reversões	0,00	823,04
Desreconhecimento de dívida a receber	75.457,72	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	57.069,06	75.457,72
Saldo inicial	75.457,72	75.457,72
Adições	57.069,06	0,00
Reversões	0,00	0,00
Desreconhecimento de dívida a receber	75.457,72	0,00
Total	23.677,68	84.596,90



12.2.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos



Outras contas a receber e Diferimentos	2018	2017
Outras contas a receber	57.592,10 €	1.204,21 €
Diferimentos	2.948,76 €	615,46 €
Total	60.540,86 €	1.819,67 €

12.3 Fornecedores, Financiamentos, Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Fornecedores e Financiamentos	2018	2017
Fornecedores	9.734,11 €	36.696,48 €
Financiamentos obtidos		
- Corrente	25.419,02 €	10.534,85 €
Total	35.153,13 €	47.231,33 €

Outras contas a pagar e Diferimentos	2018	2017
Outras contas a pagar	24.912,95 €	8.652,52 €
Diferimentos	8.620,56 €	7.732,29 €
Total	33.533,51 €	16.384,81 €

12.4 Juros suportados

Gastos e Perdas de Financiamento	2018	2017
Juros Suportados	778,73 €	135,63 €
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	0,00 €	0,00 €
Total	778,73 €	135,63 €

12.5 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2018	2017
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Outros	39,43 €	9,82 €
Juros obtidos	0,00 €	12,89 €
Total	39,43 €	22,71 €

✓
Alex
Al
B

12.6 Fornecimento e Serviços Externos

FSE	2018	2017
Serviços especializados:	25.303,95 €	29.463,61 €
Trabalhos Especializados	5.262,12 €	6.676,50 €
Publicidade e Propaganda	314,33 €	202,95 €
Honorários	4.668,08 €	5.567,79 €
Conservação e Reparação	14.753,42 €	16.847,37 €
Serviços Bancários	121,00 €	169,00 €
Outros Serviços	185,00 €	- €
Materiais:	2.216,61 €	3.991,96 €
Ferramentas e Utensílios	551,90 €	739,08 €
Livros e Documentação Técnica	19,86 €	311,76 €
Material de escritório	819,31 €	329,39 €
Artigos para oferta	- €	533,69 €
Bilhetes estacionamento	100,00 €	- €
Outros materiais	725,54 €	2.078,04 €
Energia e fluídos:	5.699,58 €	5.948,98 €
Eletricidade	4.686,29 €	4.700,97 €
Outros	1.013,29 €	1.248,01 €
Deslocações, estadas e transportes	710,76 €	182,50 €
Serviços diversos:	7.728,80 €	7.111,84 €
Comunicações	1.947,12 €	1.702,56 €
Seguros	1.596,65 €	1.970,69 €
Contencioso e Notariado	121,00 €	652,00 €
Despesas de Representação	600,93 €	372,91 €
Limpeza, Higiene e conforto	3.463,10 €	2.413,68 €
Total	41.659,70 €	46.698,89 €

✓
WJ
Cel
D

12.7 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	2018	2017
Impostos	228,10 €	401,24 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00 €	0,25 €
Dividas Incobráveis	2.450,00 €	0,00 €
Perdas em Inventarios	49,37 €	8,93 €
Outros	10.118,40 €	3.070,03 €
Correcções relativas a períodos anteriores	9.793,48 €	1.888,37 €
Outros	324,92 €	1.181,66 €
Total	12.845,87 €	3.480,45 €

A rubrica de correcções de anos anteriores teve um aumento significativo que se deve ao montante que o SNS cobrou a esta entidade relativamente aos exercicios de 2015 (art. 154 da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro), 2016 (art. 110 da Lei 7-a/2016, de 30 de março), e 2017 (art. 144 da Lei 42/2016, de 28 de dezembro).

12.8 Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais:	21.521,43	21.451,79
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	17.233,26	16.820,70
Sub. alimentação	1.044,63	998,82
Ajudas de Custo_km's em viat. propria	3.243,54	3.632,27
Remunerações do pessoal:	75.225,35	56.771,52
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	66.005,05	50.476,20
Sub. alimentação	9.198,54	6.279,12
Fundos de compensação	21,76	16,20
Compensação	319,00	0,00
Encargos sobre remunerações:	20.185,36	16.023,90
Órgãos sociais	3.807,55	4.000,23
Pessoal	16.377,81	12.023,67
Seguros	718,88	0,00
Outros gastos com pessoal	3.212,62	706,51
Total	121.182,64 €	94.953,72 €


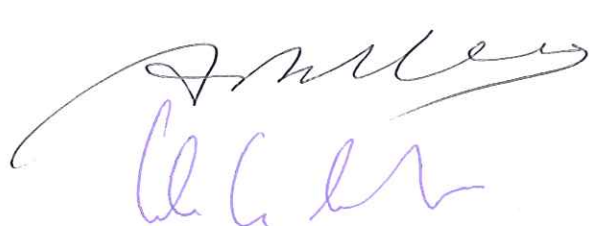
Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas:

Helia Santo

A Administração:

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 176.679,71 euros e um total de capital próprio de 97.166,52 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.703,39 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

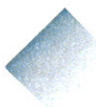
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S.R.O.C. n.º 176 * CMVM n.º 20171478


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 27 de março de 2019


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M. _506.963.802

Balço Individual em 31 de dezembro de 2018

Valor em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	88.265,62	81.944,38
Investimentos Financeiros	6	578,58	311,79
		88.844,20	82.256,17
Activo corrente			
Inventários	7	2.451,49	2.847,69
Clientes	12	23.677,68	84.596,90
Estado e outros entes públicos	12	537,61	5.187,78
Outras contas a receber	12	57.592,10	1.204,21
Diferimentos	12	2.948,76	615,46
Caixa e depósitos bancários	4	627,87	1.571,87
		87.835,51	96.023,91
Total do ACTIVO		176.679,71	178.280,08
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11	8.718,49	6.641,41
Outras reservas	11	64.295,99	45.602,28
Resultados transitados	11	(21.144,57)	(18.208,26)
Resultado líquido do período	11	(4.703,39)	20.770,79
Total do Capital Próprio		97.166,52	104.806,22
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	9.734,11	36.696,48
Estado e outros entes públicos	12	6.077,67	9.857,72
Financiamentos obtidos	12	25.419,02	10.534,85
Outras contas a pagar	12	29.661,83	8.652,52
Diferimentos	12	8.620,56	7.732,29
Total do Passivo		79.513,19	73.473,86
Total do Capital Próprio e do Passivo		176.679,71	178.280,08

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

A Administração

PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

Helia Santo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (modelo para ME)

UNIDADE MONETÁRIA(1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		EUR			
ATIVO		31 DEZ	EX 2018	31 DEZ	EX 2017
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis		88.265,62		81.944,38	
Ativos intangíveis		0,00		0,00	
Investimentos financeiros		578,58		311,79	
Créditos e outros ativos não correntes		0,00		0,00	
		88.844,20		82.256,17	
Ativo corrente					
Inventários		2.451,49		2.847,69	
Clientes		23.677,68		84.596,90	
Estado e outros entes públicos		537,61		5.187,78	
Capital subscrito e não realizado		0,00		0,00	
Diferimentos		2.948,76		615,46	
Outros ativos correntes		57.592,10		1.204,21	
Caixa e depósitos bancários		627,87		1.571,87	
		87.835,51		96.023,91	
Total do ativo		176.679,71		178.280,08	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital subscrito		50.000,00		50.000,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00		0,00	
Reservas		73.014,48		52.243,69	
Resultados transitados		-21.144,57		-18.208,26	
Outras variações no capital próprio		0,00		0,00	
Resultado líquido do período		-4.703,39		20.770,79	
Total do capital próprio		97.166,52		104.806,22	
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00		0,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Outras dívidas a pagar		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
Passivo corrente					
Fornecedores		9.734,11		36.696,48	
Estado e outros entes públicos		6.077,67		9.857,72	
Financiamentos obtidos		25.419,02		10.534,85	
Diferimentos		8.620,56		7.732,29	
Outros passivos correntes		29.661,83		8.652,52	
		79.513,19		73.473,86	
Total passivo		79.513,19		73.473,86	
Total do capital próprio e do passivo		176.679,71		178.280,08	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
 A Administração,

Helia Santo

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M. 506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorizaçã o	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	4.884,51	29.790,12	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	17.569,06	84.035,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00											0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1.756,90 15.812,16 0,00											-17.569,06 0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756,90	15.812,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-17.569,06	0,00
RESULTADO INTEGRAL	3	20.770,79											20.770,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3	3.201,73											20.770,79
Entradas para cobertura de perdas	5												0,00
Outras operações													0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6=1+2+3+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santos

A Administração

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

Isabel
66612

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização o	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	50.000,00	0,00	0,00	0,00	6.641,41	45.602,28	-18.208,26	0,00	0,00	0,00	20.770,79	104.806,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7					2.077,08	18.693,71	-2.936,31			0,00	-20770,79	-2.936,31
RESULTADO INTEGRAL	8	0,00	0,00	0,00	0,00	2.077,08	18.693,71	-2.936,31	0,00	0,00	0,00	-20.770,79	-2.936,31
OUTRAS OPERAÇÕES	9=7+8											-4.703,39	-4.703,39
Outras operações												-25.474,18	-7.639,70
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	11=7+8+10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	8.718,49	64.295,99	-21.144,57	0,00	0,00	0,00	-4.703,39	97.166,52

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Helia Santo

PENAPARQUE 2

GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM

A Administração,

A Administração

[Handwritten signature]

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M. 506.963.802
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018

Valores Euros

RUBRICAS			Notas	Períodos	
				31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		200.655,75	178.488,98
Pagamentos a fornecedores		-		(56.668,14)	(66.300,28)
Pagamentos ao pessoal		-		(75.881,28)	(71.454,61)
Caixa gerada pelas operações		+/-		68.106,33	40.734,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(10.359,88)	(7.349,50)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(30.338,44)	(30.284,94)
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		27.408,01	3.099,65
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(43.236,18)	(26.067,98)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(43.236,18)	(26.067,98)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		14.884,17	10.534,85
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			14.884,17	10.534,85
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(944,00)	(12.433,48)
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		1.571,87	14.005,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		627,87	1.571,87

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Felia Santo

[Handwritten signature]

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Períodos	
			31-12-2018	31-12-2017
Vendas e Prestação de serviços	+	8	155.287,50	155.153,73
Subsídios à exploração	+	9	96.183,72	35.964,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(10.554,45)	(10.987,22)
Fornecimentos e serviços externos	-	12	(41.659,70)	(46.698,89)
Gastos com pessoal	-	12	(121.182,64)	(94.953,72)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	12	(57.069,06)	823,04
Outros rendimentos e ganhos	+	12	39,43	22,71
Outros gastos e perdas	-	12	(12.845,87)	(3.480,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		8.198,93	35.843,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5	(7.420,20)	(8.169,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		778,73	27.674,13
Juros e gastos similares suportados	-	12	(778,73)	(135,63)
Resultado antes de impostos	=		0,00	27.538,50
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(4.703,39)	(6.767,71)
Resultado liquido do período	=		(4.703,39)	20.770,79

Espinheira, 27 de março de 2019

O Técnico Oficial de Contas

Hélia Santo

A Administração

PENAPARQUE 2
 GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
 MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M.
 A Administração





Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2018 da PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE PENACOVA E.M. declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas (individuais) ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, E.M.
A Administração,



Relatório de Boas Práticas de Governo Societário - 2018

PENAPARQUE 2 E.M.

A. Objetivos e Missão

A PENAPARQUE2 E.M. tem como missão a gestão e promoção de equipamentos municipais, tal como está na sua designação oficial. O principal objetivo é promover Penacova através das suas áreas de atuação, quer seja através de captação de empresas para os seus espaços de acolhimento, quer seja através da promoção de diversos equipamentos em tão diversas áreas que vai da hotelaria até ao estacionamento.

B. Estrutura Acionista

A PENAPARQUE2 E.M., enquanto Entidade que pertence ao Setor Público Empresarial Local, tem um Capital Social de 50.000,00 €, integralmente subscrito pelo Município de Penacova.

C. Participações Sociais

A PENAPARQUE2 E.M. não detém nem participações sociais nem obrigações de outras entidades.

D. Prestação de Garantias Financeiras

Não existem.

E. Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento é apresentado anualmente pelo Órgão de Gestão, o Conselho de Administração, ao órgão executivo da Câmara Municipal de Penacova, que delibera a sua aprovação ou não.

F. Documentos Anuais de Prestação de Contas

Os documentos anuais de prestação de contas incluem o Relatório de Gestão, os Anexos das Demonstrações Financeiras, Demonstração de Resultados e Balanço, o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Ata de Aprovação de Contas. Todos estes documentos são preparados pelo

Conselho de Administração e aprovados ou não pelo Executivo da Câmara Municipal de Penacova.



G. Órgãos Sociais

De acordo com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto de 2012, os órgãos da PENAPARQUE2 E.M. são os seguintes:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;
- A Assembleia Geral.

1. Conselho de Administração

A PENAPARQUE2 E.M. tem como órgão de administração um conselho de administração, com um elemento remunerado (número 3, art.º 25.º do Decreto-Lei 50/2012, de 31 de Agosto de 2012), a quem cabe garantir o cumprimento dos objetivos base, delinear a estratégia adequada à empresa, bem como exercer a totalidade dos poderes de gestão da entidade, sendo assim o único órgão com funções de gestão no seu seio.

Em 2013 o mandato do Conselho de Administração foi terminado com a eleição de novos órgãos executivos da entidade pública participante (Município de Penacova), e um novo mandato teve o seu início a 13 de Dezembro com a tomada de posse dos mesmos elementos, por força da deliberação da Assembleia Geral.

A composição do conselho de administração é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º Mandatos Exercidos na Entidade
			Ata Tomada Posse	Data	
15-01-2010 a 12-12-2013	Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
18-05-2012 a 12-12-2013	Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					
15-01-2010 a 12-12-2013	Membro	António Ralha Ribeiro	204	09/12/2013	2
13-12-2013 a 31-10-2021					

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração, são os descritos de seguida:

Humberto José Baptista Oliveira

Registo académico:

Licenciado em Economia em 1996 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Pós Graduação em Contabilidade e Auditoria em 2007 pela Universidade de Aveiro

Registo profissional:

Presidente do Município de Penacova desde 2009

Presidente do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2010

Vogal do Conselho de Administração das Águas do Mondego S.A. desde 2011

Sócio Gerente da Contas Simplificadas Lda (2002-2008)

Assessor de Administração, Materiais de Construção Progresso de Mortágua S.A. (2004-2005)

Gerente da PENAPARQUE – Investimento e Gestão do Parque Industrial de Penacova Lda (2002-2004)

Coordenador Geral da PENSAR – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova (2001-2004)

Diretor Financeiro da PENAGESSO – Projeção de Gesso de Penacova Lda (2000-2001)

Formador e Consultor em diversos programas de formação (1997-2008)

Equiparado a Professor Assistente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (2007-2009)

Equiparado a Professor Adjunto na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliviera do Hospital (2005-2007)

Celso Gaspar Vieira Simões

Registo académico:

Licenciatura em Economia em 2008 pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Estudos Avançados em Economia em 2008, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Registo Profissional:

Membro do Conselho de Administração da PENAPARQUE2 E.M. desde 2012

Colaborador a título consultivo do Município de Penacova desde 2012

Estágio no âmbito do PEPAL no Município de Penacova (2011-2012)

Adjunto de Chefe de Loja na Lidl Lda (2008-2011)

António Ralha Ribeiro

Registo académico:

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica em 1971 pelo Instituto Superior Técnico

Registo Profissional:

Subdiretor da Rede Elétrica da Zona Centro, na EDP, de 1981 a 2008

Three handwritten signatures are present in the top right corner. The top signature is in black ink, the middle one is in blue ink, and the bottom one is in purple ink.

2. Fiscalização

O órgão de fiscalização da PENAPARQUE 2 E.M. é o Fiscal Único nos termos dos números 2 e 5 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Foi decidido em Assembleia Municipal do Município de Penacova (Órgão Deliberativo da PENAPARQUE2 E.M.) do dia 28 de Dezembro de 2013 que o Fiscal Único é a empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

3. Revisor Oficial de Contas

As funções de Revisor Oficial de Contas, nos termos dos Estatutos da PENAPARQUE2 E.M., são desempenhadas pelo Fiscal Único.

4. Assembleia Geral

A Assembleia Geral foi constituída em 9 de Dezembro de 2013, nomeada pelo Executivo do Município de Penacova a 6 de Dezembro de 2013, e tem como elemento único:

João Filipe Martins Azadinho Cordeiro como elemento representante do Município de Penacova.

Este órgão já teve como atividade a nomeação do Conselho de Administração para novo mandato a 9 de Dezembro de 2013.

5. Remunerações

I. Competência para a Determinação

As remunerações dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, de acordo com o Artigo 26.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012. Tendo em conta o descrito no número 3 do Artigo 25.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, somente um elemento do Conselho de Administração é remunerado. Em 2018, as remunerações do Conselho de Administração estruturam-se da seguinte forma:

Cargo	Nome	Vencimento	Subs. Alimentação	Ajudas - Deslocações em Viatura Própria	Senhas de Presença
Presidente	Humberto José Baptista Oliveira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Membro	Celso Gaspar Vieira Simões	14.417,76 €	1.044,63 €	3.243,54 €	0,00 €
Membro	António Ralha Ribeiro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

II. Estrutura das Remunerações

Nos termos do número 2 do Artigo 30.º do Decreto-Lei 50/2012 de 31 de Agosto de 2012, o valor das remunerações dos membros dos órgãos de gestão ou de administração das empresas locais é limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal respetiva. No caso da PENAPARQUE2 E.M., ao único elemento remunerado foi estipulado uma remuneração mensal de 1.000,00 euros no primeiro mandato, ao qual acresce subsídio de alimentação de 4,27 euros por dia, e os custos com as deslocações em serviço em viatura própria de acordo com os termos da lei. Para o segundo mandato o valor da remuneração deste elemento da administração foi estipulado em 1.201,48€, sendo que o valor correspondente a esta remuneração foi adiado devido à normativa do Orçamento Geral de Estado que prevê a obrigatoriedade

de não aumento dos Encargos com Pessoal em relação ao ano anterior. Esta aplicação surgiu efeito no ano de 2017 com a garantia de não aumento dos custos de pessoal em relação ao exercício anterior.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke, is located in the top right corner of the page.

III. Divulgação das Remunerações

A indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração está mencionada no ponto A deste capítulo.

O montante anual de remuneração auferida pelo Fiscal Único é de 1.300,00 euros.

H. Transparência

A PENAPARQUE2 E.M. efetua uma prestação contínua de informações sobre o seu desempenho ao seu acionista ao longo do ano, quer seja através de comunicações diretamente ao Executivo Municipal, quer seja através do seu Presidente do Conselho de Administração que é simultaneamente Presidente da Câmara Municipal de Penacova.

Como a PENAPARQUE2 E.M. não se encontra classificada nos grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 de 14 de Fevereiro, e 18/2012 de 16 de Fevereiro, não está obrigada a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa.

I. Corrupção, Ética e Conduta

Não existem ocorrências nem riscos de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro.

O Conselho de Administração atuam perante uma forte conduta de ética, e trata com equidade todos os seus fornecedores, clientes e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa.

J. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não aplicável.

K. Responsabilidade Social

A PENAPARQUE2 E.M. tem adotado diversas medidas de contenção de despesa ao nível da eletricidade, o que contribui indiretamente para a diminuição das emissões de dióxido de carbono (tendo em conta a estrutura média de produção em Portugal por fontes de energia). Por outro lado, tem existido uma promoção da instalação de Parques Eólicos no Concelho de Penacova, através de Contrato Programa celebrado com o Município de Penacova, no âmbito do qual a EDP Renováveis tem um estudo em curso.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a series of loops and a long horizontal stroke.

L. Recursos Humanos e Promoção de Igualdade

A motivação dos Recursos Humanos é uma atividade diária na gestão da PENAPARQUE2 E.M., existindo uma plena consciência por parte do Conselho de Administração que o seu maior ativo são os seus colaboradores, tratando-os com respeito e integridade. Tendo em conta a sua estrutura de recursos humanos, e as interações diárias, não existem quaisquer tipos de discriminação ou de desigualdade de oportunidade entre géneros.

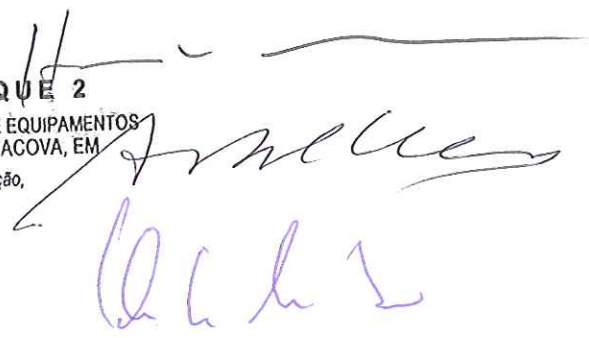
M. Independência e Participações Patrimoniais

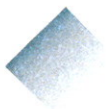
Os membros do Conselho de Administração não possuem qualquer tipo de relações com os fornecedores e clientes da PENAPARQUE2 E.M. ou com as Instituições Financeiras com que a empresa trabalha, que possam ser suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

N. Divulgação de Informação

A PENAPARQUE2 E.M. procede à divulgação de toda a informação atualizada, no site do Município de Penacova, no separador específico da PENAPARQUE2 E.M..

PENAPARQUE 2
GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS
MUNICIPAIS DE PENACOVA, EM
A Administração,

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, stylized 'H' at the beginning, followed by several loops and a long horizontal stroke.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176 * CMVM nº 20161478

PARECER DO FISCAL ÚNICO

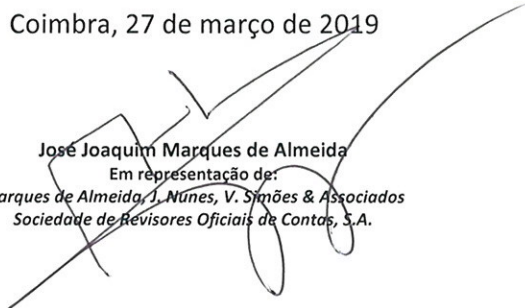
Sobre o conteúdo do relatório de boas práticas de governo societário referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Exma. Administração
Exmo. Detentor do Capital

O Fiscal Único verificou se o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário do **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro.

Após aquela análise, o Fiscal Único atesta, conforme requerido no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Coimbra, 27 de março de 2019


José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.